



33.068.320/0001-32

CAD. ICMS:90808293-18

ASCLEPIOS EQUIPAMENTOS  
HOSPITALARES LTDA

RUA GRAÇA ARANHA, 875 - BRCÃO 02 - SALA A  
VARGEM GRANDE - CEP 83321-020  
PINHAIS - PR

**DA: ASCLÉPIOS EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA**

**Fone/Fax: (41) 3699-4237**

**Ao: Ilustríssimo Senhor Presidente da Comissão Permanente de Licitação da  
Academia Nacional de Polícia**

**REF: Pregão Eletrônico nº 90002/2024**

**Processo Administrativo nº 08204.002493/2023-32**

Pinhais, 14 de junho de 2024.

A empresa Asclépios Equipamentos Hospitalares Ltda, inscrita no CNPJ 33.068.320/0001-32, sediada à Rua Graça Aranha, nº 875, Brcão 02, Sala A, Bairro Vargem Grande, Pinhais/PR, tendo tomado conhecimento do Edital do Pregão Eletrônico supracitado, vem por intermédio de sua sócia a Sra. Patrícia Bach, portadora do RG 7.749.742-0/SESP-PR e CPF nº 031.309.619-84, tempestivamente e respeitosamente, com base na verdade e na honestidade, nos fatos e na justiça, assim como com base na Lei Federal 14.133/21 de 01 de abril de 2021, propor a presente:

## **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**

em face a Comissão de Licitação da **Academia Nacional de Polícia**, com referência ao Edital do Pregão Eletrônico nº 90002/2024, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos.

### **I – DA TEMPESTIVIDADE E DA LEGITIMIDADE**

A Asclépios Equipamentos Hospitalares Ltda, por intermédio desta, manifesta de forma **TEMPESTIVA** a Impugnação ao Edital, do Pregão Eletrônico nº 90002/2024.

“13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios:  
[selic.diren.anp@pf.gov.br](mailto:selic.diren.anp@pf.gov.br)

## II – DOS FATOS

A Asclépios Equipamentos Hospitalares Ltda, vem mui respeitosamente, à presença de V.Sas., propor impugnação ao edital, ref. ao objeto seguir aduzidos.

Trata-se de Licitação Pública na modalidade Pregão Eletrônico, para fornecimento de “1.1. O objeto da presente licitação é a aquisição de materiais e equipamentos destinados às atividades de Primeiros Socorros em Atividade Policial, em atendimento às necessidades da Diretoria de Ensino da Academia Nacional de Polícia - DIREN-ANP/PF e da Diretoria de Administração e Logística Policial - DLOG/PF, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.”, conforme detalhamentos, especificações e condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

A licitação será realizada por item, formado por 58 (cinquenta e oito) itens conforme Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse. O critério de julgamento adotado será o menor preço unitário, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.”

Aberto o processo de licitação em questão, por meio da publicação do edital ora impugnado, em seu dispositivo, exigências que acabam por inviabilizar o objetivo maior do procedimento público para a celebração de contrato de compra e venda, qual seja, **a participação do maior número de licitantes possíveis, que dê ensejo a adequada concorrência entre estes, em prol da oferta da “proposta mais vantajosa à Administração Pública”.**

Ocorre, que no anexo Especificações Técnicas trás para cada item uma marca e um modelo específico de um determinado fabricante, o que fere a concorrência entre os licitantes direcionando os itens da licitação para apenas uma marca.

### III - DA EXIGÊNCIA

No presente caso, como exemplo, temos o item 01 o descritivo exige:  
“Modelo referência: Bolso de APH com plataforma destacável – FOR HONOR, cor coyote”,  
direcionando o item para o detector fetal da Marca For Honor.

A lei de licitações, em seu art. 11º, ao dispor sobre o edital e objeto  
licitado, previu expressamente que:

Art. 11. O processo licitatório tem por objetivos:

- I - assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto;
- II - assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição;

**“Art. 9º É vedado ao agente público designado para atuar na área de licitações e contratos, ressalvados os casos previstos em lei:**

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, situações que:

- a) comprometam, **restringam ou frustrem o caráter competitivo** do processo licitatório, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas;”

Em outros itens, como por exemplo, o item 08, o edital solicita em silicone ou borracha, porém, em pesquisa a estes produtos no mercado, encontramos apenas em PVC ou PVC siliconado, nenhum fabricante dispõe deste produto em matéria prima diferente de PVC.

E ainda, o edital, solicita unidade deste produto, porém, dentro do descritivo contém três tamanhos diferentes, o que sugere que seria um kit, porém, o valor não é compatível para kit, mas sim para a unidades.



**ASCLÉPIOS**  
Equipamentos Hospitalares

33.068.320/0001-32

CAD. ICMS:90808293-18

ASCLEPIOS EQUIPAMENTOS

HOSPITALARES LTDA

RUA GRAÇA ARANHA, 875 - BRCÃO 02 - SALA A

VARGEM GRANDE - CEP 83321-020

PINHAIS - PR

|                     |  |
|---------------------|--|
| Cânula nasofaríngea | Cânula nasofaríngea feita em silicone ou borracha macia e maleável, empacotada em embalagem, nas seguintes dimensões: 6 in. de comprimento x 1.6 in. de largura x 0.5 in. de profundidade; tamanho da cânula 24, 26 e 28 French;<br>Que não seja facilmente deslocado durante o transporte do paciente;<br>Que possa ser usado tanto em pacientes conscientes como inconscientes;<br>Que seja empacotado com um sachê de lubrificante com 0.09 oz de conteúdo. |
|---------------------|--|



Portanto, qualquer exigência que não disponha de motivação técnica/jurídica suficiente a justificar a restrição, torna-se ilegal e abusiva.

No presente caso, extrapolando a finalidade contida na lei, o edital previu exigências direcionadas, tais como a prevista nos itens especificações técnicas, ao exigir marcas e modelos, pois tal condição está direcionando, senão vejamos;

O direcionamento a apenas um fabricante frustrará a competitividade e onerará os cofres públicos, vez que os fabricantes dispõem de produtos similares.

Sugere-se a respeitável comissão que revise os descritivos dos itens para que seja retirado as marcas e que seja melhorada as especificações dos itens, para que não haja dúvida quanto aos produtos que visam a aquisição, o que ampliaria a competição.

Outrossim, tem-se evidenciada uma restrição infundada, cujo direcionamento do certame será inevitável, o que é amplamente vedado pelos tribunais:

REPRESENTAÇÃO. **PEDIDO CAUTELAR, SUPOSTA IRREGULARIDADE CARACTERIZADA POR RESTRIÇÃO À COMPETITIVIDADE CAUSADA POR DISPOSITIVO DO EDITAL.** SUSPENSÃO CAUTELAR DA LICITAÇÃO. REFERENDO. (TCU, ACÓRDÃO 432/2019 ATA 6/2019 - PLENÁRIO, Relator(a): RAIMUNDO CARREIRO, Data da sessão: 27/02/2019).

E

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO EM DECISÃO INTERLOCUTÓRIA PROMANADA EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. LICITAÇÕES. MEIO DE EXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA E TAXA DE ADMINISTRAÇÃO MENOR QUE 1% (UM POR CENTO). **RESTRIÇÃO PREVISTA NO EDITAL. PROVÁVEL ILEGALIDADE. FUNDAMENTO RELEVANTE E RISCO DE INEFICÁCIA DA MEDIDA. REQUISITOS PREENCHIDOS. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. DECISÃO MANTIDA.** 1. Cuida-se de Agravo Interno, autuado sob o nº. 0623396-85.2018.8.06.0000/50000, interposto pelo ESTADO DO CEARÁ em face de Decisão Interlocutória proferida por esta Relatora (fls. 175/180), nos autos do Agravo de Instrumento agitado nos autos do Mandado de Segurança (nº 0623396-85.2018.8.06.0000) impetrado por FA2F- ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA, na qual deferi parcialmente o pedido de...» (+245 PALAVRAS) »... tutela recursal, por vislumbrar o preenchimento dos requisitos legais para tanto. 2. Não conformado, o ente público agravante interpôs o presente recurso, no qual sustenta, às fls. 01/12, que o edital em comento encontra-se absolutamente de acordo com os mais recentes julgados, inclusive deste Tribunal de Justiça, estabelecendo critério razoável e objetivo para aferição da exequibilidade da proposta. 3. Pois bem. É cediço na jurisprudência que não pode o Poder Público estipular taxa mínima de administração, residindo esta no campo da liberalidade do licitante, cabendo a este apresentar sua proposta conforme seu interesse, além de representar contrassenso tal exigência quando se tem como critério de avaliação da proposta o menor preço, o qual representaria uma maior vantagem para a Administração Pública que teria custos mais reduzidos para a prestação do mesmo serviço. 4. Nessas razões, constata-se a possível violação ao disposto no art. 40, X, da Lei nº. 8.666/93 (Redação alterada pela Lei nº. 9.648/98), aplicável subsidiariamente à Lei do Pregão, conforme preleciona seu art. 9º, infringindo os princípios que regem a Licitação, e impedindo a própria Administração Pública de, em tese, buscar as propostas mais vantajosas, visando assim o interesse público. 5. Assim, apesar de ser de competência da Administração Pública o exercício do controle quanto à justiça e viabilidade econômica das

ofertas e propostas submetidas à exame, esta última, valendo-se de suas prerrogativas, não pode desobedecer a legislação, olvidando-se de realizar contratações de maior interesse às necessidades públicas. 6. **Desta feita, não havendo previsão legal de cláusulas ou condições que restrinjam o caráter competitivo do certame, verifica-se a plausibilidade do direito e a lesão de difícil reparação do Agravante, ante a possível ilegalidade, devendo ser afastadas, inclusive, pela própria Administração, quando patente o mencionado vício, que não pode impedir os concorrentes à apresentarem a exequibilidade de seus contratos por documentos suficientemente idôneos.** 7. Por tais razões, a medida que se impõe é a manutenção da decisão vergastada, sendo imperioso o afastamento, parcialmente, das cláusulas previstas na norma editalícia permitindo a participação da Recorrida no certame, desde que comprove, efetivamente, a exequibilidade de sua proposta. 8. Recurso conhecido e desprovido. Decisão mantida. (TJ; Relator (a): LISETTE DE SOUSA GADELHA; Comarca: Fortaleza; Órgão julgador: 12ª Vara da Fazenda Pública; Data do julgamento: 11/03/2019; Data de registro: 12/03/2019)

Razões pelas quais requer-se a imediata suspensão do edital para adequação aos termos da lei, com a revisão, correção e alteração das especificações contidas no termo de especificações técnicas, contidas neste.

## V – DOS PEDIDOS

Ante o exposto, REQUER-SE:

- A. O acolhimento da presente impugnação, eis que faz parte;
- B. a este órgão licitante a reforma do edital DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2024, de modo a **ALTERAR o descritivo** dos itens, para que demais empresas possam concorrer, eis que há vantagem para apenas alguns fabricantes. Também evitando que a

presente licitação ser direcionada a um grupo específico de empresas, o que não se coaduna com os princípios legais do procedimento licitatório, sob pena de afronta a princípios constitucionais norteadores deste procedimento, por ser medida da mais pura e cristalina Justiça!

- C. Por fim, **caso não seja este o entendimento de Vossa Senhoria, requer desde logo, que seja a presente Impugnação submetida à apreciação da Autoridade Superior competente**, para que delibere sobre seus termos, conforme legislação em vigor.

Assim, por ser justo e totalmente razoável, espera-se por um parecer favorável quanto a pretensão requerida.

Termos em que, pede deferimento.

ASCLEPIOS EQUIPAMENTOS  
HOSPITALARES  
LTDA:33068320000132

Assinado de forma digital por  
ASCLEPIOS EQUIPAMENTOS  
HOSPITALARES LTDA:33068320000132  
Dados: 2024.06.14 14:54:26 -03'00'